



**BRASIL. NOVAS AGENDAS  
SOCIOPOLÍTICAS POR NOVOS  
PACTOS SOCIAIS AINDA INSTÁVEIS.  
ESTABILIDADES FUTURAS SERÃO  
POSSÍVEIS?**

*Andre Luis Nascimento dos Santos\**

Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialista em Direito do Estado pela Fundação Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Administração pela (UFBA), Doutorando pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Laboratório de Análise de Política Mundial (LABMUNDO).  
E-mail: an-santos@uol.com.br

**Resumo**

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a emergência de temas como a gestão do social e a responsabilidade social corporativa na agenda sociopolítica nacional que vêm, paulatinamente, ganhando força nos discursos dos governos, nas práticas corporativas, bem como na retórica-ação de alguns atores da sociedade civil nacional. O que é essa agenda e o que ela tem a propor para a sociedade brasileira, em qual o cenário ela é forjada e como os seus principais atores constroem as suas retóricas e pautas de contemplação, são algumas das questões que desejamos refletir brevemente neste artigo. Para tal, contrapomos a realidade nacional ao cenário internacional de reestruturação do Estado à luz dos marcos regulatórios neoliberais que ganharam espaço na agenda política dos últimos anos. Quais os paradoxos e desafios dessa nova agenda rumo à construção de pactos sociais

estabilizados é a tônica perseguida nas considerações finais.

**Palavras-chave:**

Gestão social; Responsabilidade Social; Pactos Sociais Estabilizados

**Abstract:**

This article aims to analyze critically of the emergence of issues such as management of social and corporate social responsibility in the national socio-political agenda who gradually gaining strength in the discourse of governments, corporate practices, as well as rhetoric-action of some national civil society actors. What is that agenda and what she has to offer for the Brazilian society, in which the scenario it is forged and as their main actors build their rhetorical and staff of contemplation, are some of the questions that we want to reflect briefly in this article. To

this end, analyze the national reality in the international scene for restructuring the state in light of neoliberal regulatory milestones that have won space on the political agenda in recent years. What are the paradoxes and challenges of this new agenda towards the construction of stabilized social pacts is the tonic persecuted in the closing comments.

### Key-words:

Management of Social; Corporate Social Responsibility; Stabilized Social Pacts

CAMINANTE, SON TUS HUELLAS  
EL CAMINO Y NADA MÁS.  
CAMINANTE, NO HAY CAMINO.  
SE HACE CAMINO AL ANDAR.

AL ANDAR SE HACE CAMINO  
Y AL VOLVER LA VISTA ATRÁS  
SE VE LA SENDA QUE NUNCA  
SE HA DE VOLVER A PISAR.  
(Joan Manuel Serrat-Cantares)

## INTRODUÇÃO

Entre a última década do século passado e a primeira década desse século, a análise da conjuntura nacional sugere a existência de uma agenda sociopolítica emergente destinada a parcelas menos favorecidas da sociedade brasileira que, paulatinamente, têm ganhado força nos discursos dos governos, nas práticas corporativas, bem como na retórica-ação de alguns atores da sociedade civil nacional. Nesse sentido, temas como a gestão do social e a responsabilidade social corporativa, dentre outros temas, são pauta dessa agenda sociopolítica que vai ganhando certa intangibilidade nas relações sociais, ajudando a construir, assim, novos pactos sociais para uma sociedade ainda sequelada pelas mudanças no

modelo de desenvolvimento adotado pelo país a partir da década de 80.

Essa agenda polimórfica, que usualmente tem sido justificada pelo modelo constitucional adotado a partir de 1988, ao que parece, tem suas bases ancoradas, também, em modelos regulatórios extranacionais, forjados pelo contexto internacional. Daí, corrobora a tese de que a existência de uma agenda internacional de âmbito regional para a América Latina tem sido decisiva para a construção de novos modelos de Estado que possam cumprir os clamores de um novo marco regulatório para o capitalismo, que gradativamente vem se impondo a partir da década de 80 (KRAICHETE, 2005; SANTOS, 2008).

Diante dessa constatação, algumas questões se colocam para o debate, reivindicando reflexões epistemológicas que nos ajudem a compreender esses novos modos de *savoir faire* a política em tempos que a política partidária, outrora dominante aparentemente se encontra em evidente descrédito.

O que é essa agenda e o que ela tem a propor para a sociedade brasileira; em qual o cenário ela é forjada e como os seus principais atores constroem as suas retóricas e pautas de contemplação são algumas das questões que desejamos refletir brevemente neste artigo.

### O CENÁRIO POR DETRÁS DA CORTINA: AS DÉCADAS DE 80 E 90, O NEOLIBERALISMO E O APELO POR UM NOVO ESTADO.

Se tentássemos realizar uma arqueologia da agenda de reformas neoliberais do Estado vigente nas décadas de 80 e 90, decerto esse esforço nos arrastaria para as décadas antecedentes. Isso porque, se por um lado é nas décadas de 80 e 90 que fica patente a adoção das práticas neoliberais de condução da cena econômica e, a reboque, da esfera política e a social, não restam dúvidas de que o nascedouro desse movimento remonta a algumas conformações históricas forjadas ao longo das

décadas de 60 e 70. Tais conformações e escolhas delas decorrentes terminaram por ocasionar uma evidente necessidade de adequação dos Estados ao novo modelo regulatório que se apresentava naquele instante.

É justamente entre as décadas de 60 e 70 que podemos observar alguns fatos históricos que representaram o evidente declínio dos anos dourados do capitalismo<sup>1</sup>. A crise do sistema Bretton Woods<sup>2</sup>, a desaceleração das taxas de crescimento e produtividade das indústrias americanas, as crises do petróleo, enfim, uma série de conformações históricas que significaram a existência de uma crise do sistema de acumulação capitalista que até então vigia desde o final da 2ª guerra mundial. Essa crise, para além da economia, atingia também alguns expoentes do sistema, tais como o Estado de bem-estar social (*welfare state*) e o modelo fordista de produção (YAGHMAIAN, 1998).

Segundo os princípios da escola regulacionista<sup>3</sup>, cada regime de acumulação corresponde a um modelo regulatório particular. Todavia, sobrevivendo crises, um novo marco é eleito para um novo ciclo de acumulação que se apresenta (YAGHMAIAN, 1998). Nesse sentido, Yaghmaian (1998), ao utilizar a mesma conceituação do regulacionista Michel Aglietta, nomeia as crises como verdadeiro momento de ruptura entre a continuidade da reprodução das relações sociais e a reestruturação de um dado

sistema a partir de um novo marco regulatório. No caso da crise ocorrida entre as décadas de 60 e 70, o neoliberalismo surge como o novo marco regulatório forjado pelo capitalismo, a fim de ultrapassar a crise do Estado providência e do modelo dito keynesiano-fordista das décadas de 70 e 80. Ele seria, assim, a expressão de um novo liberalismo que se coloca pujante, a fim de garantir a acumulação capitalista, agora em escala global (YAGHMAIAN, 1998).

O mesmo autor frisa com certa veemência que, como marco regulatório, o neoliberalismo se propõe a sanar as crises da acumulação capitalista e nada mais. Desse modo, para ele, esse marco regulatório não se aplica às crises sofridas pelos Estados-nação, como advogavam e ainda advogam parcela da doutrina regulacionista e muitos governos (ao que parece fora a grande tônica dos governantes latino-americanos nas subseqüentes décadas de 80 e 90).

É diante dessa nova realidade regulatória que se funda todo o debate em torno do papel do Estado. Se, anteriormente, no modelo de *welfare*, o Estado detinha as vezes de regulador, passa, a partir de então, a ser paulatinamente regulado pelos atores e representantes desse “novo” modelo de mercados autoregulados.

Théret (1993) advoga a idéia de que, a despeito da pretensão doutrinária de ordem generalista e uniformizadora do neoliberalismo, cada país o experimenta de modo diferente, haja vista que “os países envolvidos são heterogêneos nos planos culturais, econômicos e políticos”. O autor conclui sua tese com a ponderação de que, mesmo levando-se em conta que as estratégias de ação neoliberal são as mesmas (privatizações, descentralizações, desregulamentações, etc.), as situações de crises atacadas são diversas, ou seja, os problemas de cada economia política nacional são diferentes.

No entanto, esse autor aponta que a ação neoliberal não difere: a) quanto ao “nível empírico da análise da circulação internacional das idéias econômicas e da mundialização do

<sup>1</sup> Entre 1949 e 1973, a literatura anglo-saxônica costuma intitular por os “anos dourados” do capitalismo, já a literatura francesa esse mesmo período é alcunhado por os “trinta gloriosos”. Ambos os termos dizem respeito à era de notável desenvolvimento da produção capitalista, que corresponde ao período de pós-segunda guerra mundial (MATTOS, 2000).

<sup>2</sup> Até o final da década de 60, vigia na ordem econômica mundial o sistema Bretton Woods que dentre as suas características, mantinha a paridade monetária entre o dólar e o ouro. No período em questão, a economia americana passa a demonstrar nítidos sinais de crise, tornando-se inviável a manutenção desse sistema.

<sup>3</sup> A escola da regulação é uma escola do pensamento econômico de origem francesa que tem como fundamento a tese de que o capitalismo é um sistema instável, sujeito a crises, necessitando de marcos regulatórios que o estabilize, ajudando assim a evitar as crises. Dentre os seus principais expoentes, encontram-se Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz.

campo dos economistas”; e b) quanto ao “nível metodológico, como exemplo de aplicação de um modelo de uso geral que põe em funcionamento o conceito de sistema simbólico para analisar a relação retórica econômica e ação política”. Cabe aí, portanto, uma análise generalista desse fenômeno.

Como um “sistema simbólico”, Théret (1993), fazendo alusão às categorias da cepa de Bourdieu (1977), subdivide o neoliberalismo em três dimensões analíticas. A primeira seria a dimensão pautada na construção de um mundo objetivo, haja vista que o neoliberalismo, enquanto construção do real, é fruto de uma construção do campo da economia e dos conflitos daí decorrentes, mas que ultrapassou o campo e se colocou na cena política. A segunda dimensão é relativa à sua função de meio de comunicação, uma vez que para realizar a mediação entre política, administração e economia faz as vezes de linguagem estruturada que reconstrói o tecido social, ganhando assim, contornos de retórica. E por fim, a terceira dimensão, que é relativa à função de instrumento de dominação (THÉRET, 1993).

Diante dessa análise, Théret (1993) considera o neoliberalismo um sistema simbólico incompleto e instável, vez que não consegue atualizar-se como consenso social, tal como o keynesianismo o fizera, bem como desconstrói a mediação entre finanças e proteção social, criando assim uma atmosfera de conflitos e contestações quanto à sua legitimidade. Por essa mesma via, a análise do neoliberalismo aos olhos de Maristella Svampa (2005) vai no sentido de que, como modelo adotado nos países periféricos, especialmente no caso argentino, o neoliberalismo terminou por aprofundar as desigualdades sociais, a ponto de transformar o tecido social em uma “sociedade excludente”. Essa autora salienta, também, que diferentemente dos países centrais, cujas mudanças neoliberais não conseguiram esfacar todo o arcabouço de proteção material do Estado de providência, no caso dos países periféricos

este modelo se traduziu em desgaste total da versão “nacional-popular” do Estado social até então construído. O caso do país que lhe serve de exemplo mais próximo, a Argentina, é uma ilustração particularmente rica desse argumento.

É a partir dessa força reguladora do modelo neoliberal, adicionada à carga simbólica impregnada na sua retórica (não só restrita à economia, mas que também perpassou e ainda perpassa os outros campos do conhecimento, tais como a administração, a sociologia e a política) que se explica a emergência de se imprimirem as tão apregoadas reformas do Estado. Ora, se o modelo de Estado de bem-estar não mais respondia aos reclames da acumulação, nada mais lógico que emergisse desse novo marco simbólico e regulatório as novas regras para a concepção de um Estado mais confortável para o referido modelo.

Nesse sentido, uma breve análise histórica das décadas de 80 e 90 torna clara a existência de grandes esforços no sentido de se construir uma série de estudos, teorias, retóricas, roteiros, modelos e escolas do pensamento que propugnassem a adesão desta ou daquela “saída milagrosa” para o período de crises do sistema capitalista. No caso latino-americano, por exemplo, o pano de fundo para as experimentações neoliberais foi justamente a “década perdida”, ou seja, a imensa crise estrutural da década de 80, caracterizada pela crise do modelo de substituição de importações, inflações, aumento da dívida externa, crescimento da pobreza e, nos fins dos anos 80, algumas hiperinflações nos países da região (SVAMPA, 2005).

Aliado a isso, o mundo capitalista, que já reverberava no sentido de outra gramática regulatória, bem soube fazer as suas pressões em prol da adesão dos Estados, sobretudo, os periféricos, ao modelo neoliberal. Neste enredo, destaca-se a atuação de alguns atores internacionais e locais que, ao longo desse processo de adesões, exerceram centralidade no patrocínio da causa neoliberal: as empresas

transnacionais e os atores do mercado financeiro; os países centrais e as organizações internacionais de cunho regulatório, tais como o FMI, o Banco Mundial<sup>4</sup> e a OMC; e as ONGs de abrangência local e internacional.

### **ENTRE O PANO DE FUNDO E A CENA PROPRIAMENTE DITA: UM PAÍS E O ALVORECER DE UMA NOVA AGENDA SOCIAL.**

O Brasil, nesse contexto internacional esboçado, não ficou incólume à demanda por reformulação do modelo de Estado. Daí, a agenda dominante ao longo das décadas de 80 e 90 foi paulatinamente sendo absorvida pelos processos decisórios nacionais, corroborando, assim, um processo de reformas econômicas e institucionais que deram o tom da agenda econômico-sócio-política brasileira.

Não à toa, a grande marca do governo Fernando Henrique Cardoso, para além da estabilização monetária via ajustes na condução da economia, foi a implementação das reformas da administração pública, seguindo o mesmo modelo do gerencialismo propugnado nos países do norte<sup>5</sup>. Assim, a partir dessa agenda de reforma animada pelo então ministro Bresser Pereira, o Estado brasileiro: a) descentraliza os serviços sociais para os estados e municípios; b) redefine as áreas de atuação do Estado,

transferindo funções para o setor público não-estatal e para mercado; c) distingue os serviços públicos que devem ser realizados pela burocracia estatal e pelos terceirizados; d) separa a formulação de políticas da sua execução; e) cria e confere autonomia para as agências executivas; f) cria os “quase-mercados” para a execução de serviços por objetivos (BRESSER, 1999). É a partir dessa agenda, bem como de outras práticas de governo, que podemos identificar todo esse processo de redefinição do Estado, bem como redefinição das relações entre outros atores da sociedade nacional, tais como ONGs, corporações, movimentos sociais e indivíduos.

Essas escolhas políticas, decerto, reivindicaram e ainda reivindicam do Estado brasileiro, bem como dos demais atores da sociedade civil nacional, algumas saídas para o preenchimento de lacunas decorrentes desse novo Estado ali inaugurado. Ademais, não se pode olvidar que algumas dessas lacunas, senão criadas, foram, prontamente, acirradas pelo modelo de Estado adotado, qual seja, o estado neoliberal. Daí, de modo geral, as críticas quanto à adoção do modelo neoliberal no caso brasileiro, na década de 90 (que ao que parece ainda continuam em vigência), confluem para o mesmo tipo de crítica feito para o caso latino-americano como um todo. Nesse sentido, para o bem da governabilidade<sup>6</sup> econômica, as políticas de corte neoliberal conservador acabam por criar a clivagem das questões sociais e o acirramento das perversidades econômicas.

É justamente nesse enclave das lacunas sociais geradas, ou quiçá, acirradas pela retórica neoliberal, que reside o alvorecer de uma nova agenda social *sui generis*, que vem sendo

---

<sup>4</sup> O Banco Mundial é uma agência do sistema ONU, fundada em 1944, que teve como finalidade inicial o auxílio na reconstrução dos países atingidos pela 2ª Guerra. Atualmente, o Grupo Banco Mundial é composto por 5 instituições inter-relacionadas entre si, todas, sob uma única presidência, quais são: BIRD - Banco Interamericano para a reconstrução e o desenvolvimento; AID - Associação Internacional de Desenvolvimento; IFC - Corporação Financeira Internacional; AMGI - Agência Multilateral de Garantia de Investimentos; CIADI - Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos.

<sup>5</sup> No campo da Administração Pública, o movimento NPM (*New Public Management*) que aqui no Brasil é traduzido como Nova Administração Pública é a expressão mais intensa da agenda neoliberal não processo de reformulação do Estado. Nesse sentido, temas como privatizações, diminuição do estado, padronização de modelos de gestão pública, o gerencialismo, dentre outros, são tópicos dessa agenda comum às décadas de 80 e 90.

---

<sup>6</sup> Fiori, em artigo que intitulado por “A governabilidade democrática na nova ordem econômica” observa que a evolução normativa da idéia de governabilidade variou de acordo com o tempo e o espaço, sendo assim uma categoria estratégica, sem grande afinco teórico. Desse modo, segundo o autor, na década de 60, significou a limitação das ‘demandas democráticas excessivas’, nos anos 80 recomendou a redução do Estado e a desregulação dos mercados e, já na década de 90, está associada as políticas homogêneas de corte liberal conservador (FIORI).

adotada no Brasil com o auxílio dos diversos atores que compõem a cena política nacional, desde governos e atores da sociedade civil até corporações privadas. Essa agenda, na maioria das vezes atribuída ao advento da Constituição de 88 e toda a sua carga de valores democráticos propugnados, como o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, a justiça, está muito mais intimamente relacionada a esse processo de reestruturação do Estado brasileiro já acima comentado.

Desse modo, essa agenda sociopolítica nada mais é do que a tentativa de construção de novos pactos sociais que estejam aptos a responder às demandas de um Estado interlocutor em detrimento do Estado regulador outrora vigente. Nesse sentido, temas como gestão do social e a responsabilidade social, dentre outros, tão em voga na agenda nacional nos dias atuais, são, na verdade, modos de ação muito próprios de um Estado não mais regulador das relações sociais, mas, sim, um Estado que se propõe a mediar os interesses sociais em face aos interesses do mercado. Não por outro modo, a própria práxis dos mercados tendem a, simbolicamente, proferir o discurso da responsabilidade social como um apanágio de governança no qual todos, inclusive as empresas, são responsáveis pela gestão das questões sociais. Esses discursos, não desprovidos de ideários, terminam por criar na sociedade, de modo geral, a falsa imagem da resolução dos dramas sociais a partir de práticas pontuais de desenvolvimento local, que chegam a ser apresentadas como práticas mitologicamente autônomas, descontextualizadas das políticas de desenvolvimento nacional e internacional.

Nesse jogo de reconstrução dos pactos sociais, para além dos Estados e corporações, outros atores da sociedade civil são chamados a compor o tripé do tecido que, anteriormente ao processo neoliberal, era constituído pela tríade estado-empresas-sindicatos. Nesse sentido, o cenário sugere que as ONGs, como agentes da

sociedade civil, vêm paulatinamente substituindo as suas práticas criativas de intervenção nas agendas públicas, em favor das agendas pré-moldadas pelo Estado e pelas corporações, agendas estas propugnadas ora nos editais de financiamento público, ora nos programas de responsabilidade social corporativa, respectivamente.

Essa interface observada entre Estado-empresa-ONGs sugere que, no caso brasileiro, bem como na América Latina, de modo geral, a dimensão mercantil das questões sociais terminam por criar um verdadeiro mercado, donde as mazelas sociais se transformam em verdadeiras oportunidades de investimentos e um palco para a gestão. Tais investimentos podem ser contabilizados nas corporações via estratégias de *marketing* social, nos governos via discursos e promessas de ação, nas ONGs e nos movimentos sociais, via cooptações e financiamentos. Diante desse cenário, o tema das dimensões éticas desse mercado do social tem ganhado força no debate contemporâneo, seja através do debate acadêmico<sup>7</sup>, seja a partir da própria arte<sup>8</sup>.

Por outro lado, ao que parece, essa não é a percepção dos teóricos da gestão social. Para essa tradição recente dos estudos organizacionais, o que difere a gestão social do modelo de gestão convencional seria justamente a distinção weberiana retomada por Guerreiro Ramos (1981) entre a racionalidade substantiva e a racionalidade objetiva (GONDIM e FISCHER, 2006). Enquanto a razão instrumental, corrente dominante do pensamento organizacional, atribui excessiva ênfase ao componente utilitário da motivação humana e, conseqüentemente, ao

<sup>7</sup> Vide a obra coordenada pelo mexicano Luis Nieto (2002) "*La ética de las ONGD y la lógica mercantil*" no qual, a partir de uma série de artigos, os autores discutem os limites das condicionalidades as quais as ONGs estão adstritas.

<sup>8</sup> Vide película "Quanto vale ou é por quilo" da cepa de Sérgio Bianchi (2005), uma ficção que tenta realizar uma analogia entre o passado comércio de escravos no Brasil imperial e a atual exploração da miséria social via deturpação e espetacularização das solidariedades.

utilitarismo, a razão substantiva, por sua vez, preocupa-se com a emancipação dos sujeitos pautada pela ética comunitarista de consecução do bem comum. Nesse sentido, a retórica da gestão social reivindica debates mais acurados no sentido de se identificar os reais limites entre a lógica mercantil que anima o círculo das oportunidades sociais e os ideários da racionalidade subjetiva, ou quiçá, o agir comunicativo, dialógico, tão fervorosamente defendido pelos autores vinculados a essa tradição do pensamento organizacional.

Se a mercantilização do social exige a profissionalização da gestão das mazelas postas, por outro lado, exige, também, instrumentos de ação hábeis para dar conta de enclaves da vida associativa diferentes do *status* econômico. Nesse sentido, o mercado das questões sociais exige uma tecnologia própria, distinta das tecnologias convencionais, mas que, ao mesmo tempo, consiga oportunizar o diálogo entre as demandas sociais e o mercado propriamente dito. Não à toa, em Dagnino (2004) encontra-se a preocupação em distinguir essas duas vertentes tecnológicas, mas ao mesmo tempo propor a construção de tecnologias sociais viáveis do ponto de vista econômico, sob pena de não serem competitivas frente aos grandes mercados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS. NOVOS PARADOXOS EXISTENCIAIS PARA A AGENDA SOCIOPOLÍTICA DO GIGANTE BRASILEIRO.**

Levando-se em conta que neste breve trabalho tentamos refletir sobre a ascensão dessas novas agendas sociais que se colocam para o debate e para a ação pública brasileira, agendas essas frutos de novo pacto social ainda em construção, duas questões de fundo esboçadas no título se colocam e guiam essas considerações finais. (1) Esses novos pactos sociais que paulatinamente vêm sendo construídos pelo tripé Estado-empresas-atores

da sociedade civil são estáveis a ponto de sustentar uma agenda social duradoura para o país? (2) Em que medida a retórica e as práticas da gestão social e da responsabilidade social corporativa serão capazes de construir agendas sociais eficazes e efetivas para demandas sociais cada vez mais prementes nos estratos menos favorecidos da sociedade brasileira? Essas questões abrem espaço para uma ampla agenda de pesquisa que deseje investigar os níveis de estabilidade e instabilidade que esses novos pactos sociais têm apresentado ao longo desses últimos anos, bem como as suas limitações e potencialidades quando contrapostas aos laboratórios vivos da prática.

Outra reflexão ligada a essas novas agendas e que reivindica comentários, a título de considerações finais, é a dimensão ética que move esse mercado das mazelas sociais. Levando-se em conta que a questão não obedece a uma única ética, formal<sup>9</sup>, valorativa<sup>10</sup> ou, quiçá, uma ética de bens<sup>11</sup>, a pergunta que fica é que ética empírica<sup>12</sup> tem sido predominante nesse cenário real. Será a ética mercantil, não dita, mas amplamente praticada, ou será a ética da racionalidade substantiva, tão versegada na retórica? Essa reflexão coaduna-se com uma agenda pesquisa que vem sendo desenvolvida em distintos núcleos sobre os comprometimentos éticos de tais e tais atores

<sup>9</sup> Ética formal, apriorística, muito própria do modelo kantiano.

<sup>10</sup> Ética valorativa é a noção ética fundada no ideário de que todo o juízo de "dever ser", próprio da ética formal, está fundamentado em um valor.

<sup>11</sup> A ética de bens é justamente a noção ética fundada na busca do "bem supremo" que dá sentido à existência humana. Essa noção está intimamente ligada à ética esboçada pelos pensadores socráticos, tais como o próprio Sócrates, Platão e Aristóteles.

<sup>12</sup> A ética empírica é a noção de que as teorias da conduta humana devem se apoiar na observação da experiência humana, tais como nas ciências naturais. Essa categorização da ética é muito próxima do olhar ético sofista e que, hodiernamente, tem sido utilizado para justificar as várias éticas concorrentes entre si.

desse novos pactos em construção. Daí a necessidade de novos estudos críticos analíticos que sejam capazes de fortalecer as gramáticas da gestão social e da responsabilidade social, bem como, na medida do possível, direcionar essas tradições rumo a compromissos éticos os mais meritórios quanto possível.

Por fim, vale observar que essas *novas* agendas, como o adjetivo se encarrega de denotar, são novas. Nesse sentido, são passíveis de erros e acertos, méritos e deméritos. Os paradoxos e os desafios existem. Tem nome, endereço e múltiplos interesses e estimas em voga. No entanto, como diz o poema de Joan Manuel Serratt, epígrafe desse projeto de artigo, “se hace camino al andar”. Assim, essas agendas devem andar, fazer caminho, enfim, construir trajetórias que ajudem o país a reconstruir o tecido social tão macerado pelos jogos de interesse dos mercados e pelos erros e ausências do Estado brasileiro. Ainda que não venham a ser estáveis, que, ao menos, sejam complementares ou subsidiários.

## REFERÊNCIAS

- DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: LASSANCE Jr. Antonio et alli (artic.). **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. pp. 187-216. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/gapi>
- GONDIM, S. M. G. ; FISCHER, Tânia ; MELO, Vanessa Paternostro . Formação em Gestão Social: Um olhar crítico sobre uma experiência de pós-graduação. In: FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro.. (Org.). **Gestão do Desenvolvimento Territorial e Residência Social: Casos para Ensino**. 1 ed. Salvador: Editora EDUUFBA, 2006, v. , p. 43-61.
- KRAYCHETE, Elsa Sousa. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. Tese (Doutorado) – Curso de Administração. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2005.
- MATTOS, Fernando Augusto. Retrospectiva histórica Del proceso de globalización financeira. **Ivestigación Económica**, vol LX: 233, Julio-septiembre de 2000, p.113-147.
- MAYNEZ, Eduardo Garcia. **Ética: ética empírica-ética de biens – ética formal – ética valorativa**. Universidad nacional de Mexico, coleccion manuales escolares, México, 1944.
- NIETO PEREIRA, Luis (coord.), **La ética de las ONGD y la lógica mercantil**, Icaria, Barcelona, 2002.
- RAMOS, Guerreiro. “A nova ciência das organizações. Uma reconceituação da riqueza das nações”. Rio de Janeiro, FGV, 1981.
- SANTOS, André Luis Nascimento dos. **A influencia das Organizações Internacionais na reforma dos judiciários de Argentina, Brasil e México: O Banco Mundial e a agenda do acesso à justiça**. Dissertação (Mestrado). Programa de pós graduação em Administração. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2008.
- SVAMPA, Maristella. **La sociedad excluyente: la Argentina bajo el signo del neoliberalismo**. Buenos Aires: Taurus pensamiento, 2005.
- THÉRET, Bruno. O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política. De uma clivagem esquerda/ direita e uma fratura entre o financeiro e o social: o caso francês. Palestra proferida por ocasião do 17º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Caxambu, Minas Gerais, 22-25 de outubro de 1993.
- YAGHMAIAN, Behzad. Globalization and the State: The Political Economy of Global Accumulation and Its Emerging Mode of



Regulation. **Science & Society**, volume 62,  
número 2, verão de 1998, pp. 241-265.

